

# A INCLUSÃO SOCIAL NA ÁREA EDUCACIONAL<sup>1</sup>

## SOCIAL INCLUSION IN THE EDUCATIONAL AREA

Gabriela Sehnem HECK<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A presente resenha corresponde ao livro *A inclusão social na área educacional*, escrito pelo Prof. Dr. Giovanni Cirino, um antropólogo social que, nesta obra, abordou a educação a partir de um viés antropológico e histórico acerca da inclusão educacional e políticas públicas no Brasil. São apresentadas considerações teóricas sobre a concepção de inclusão socioeducacional, direitos destinados à educação especial, conceitos de cidadania e inclusão escolar, salientando as consequências resultantes da precarização desses direitos. Expõe-se as relações entre a educação e as transformações no mercado de trabalho e seu impacto na globalização, atuando como condicionantes para a desigualdade socioeconômica e educacional no Brasil.

Por meio de quatro unidades, o livro é dividido em 22 capítulos, seguindo uma linha temporal e de complexidade referente aos assuntos abordados. Ao final de todas as unidades, é apresentado um glossário com diversas expressões que foram utilizadas no texto, permitindo ao leitor que aprofunde seu estudo e amplie seus conhecimentos sobre o tema.

### UNIDADE 1 - INCLUSÃO E EXCLUSÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS

A primeira unidade abre a discussão que tange a inclusão e exclusão, assuntos que serão desdobrados em sequência. O capítulo um, *Introdução*, é breve e anuncia o que será abordado ao longo da leitura, destacando as particularidades conceituais de inclusão e exclusão social e necessidade de se discutir as políticas públicas e projetos de inclusão para a educação.

No capítulo dois, *Desigualdade e diferença*, o autor faz uma reflexão sobre o debate a respeito da desigualdade, com referências históricas. Retomando o filósofo Heráclito, afirma que as formas de expressão da desigualdade consideram, entre outros aspectos, as diferenças físicas entre as pessoas, sejam elas externas ou internas. Com base em Jean-Jacques Rousseau, as diferenças sociais ocorrem a nível de riqueza acumulada e capacidade de consumo. Ao final, é

---

<sup>1</sup> Recebido em: agosto de 2020 | Aceito em: dezembro de 2023.

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela PUCRS. Licenciada em Ciências Biológicas. Licenciada em Pedagogia modalidade Bilíngue (Português-Libras) pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos do Rio de Janeiro (INES). E-mail: [heck.gs@gmail.com](mailto:heck.gs@gmail.com)

feito uma comparação semântica entre as palavras supracitadas, explicando a preferência pela sua utilização.

O capítulo 3, *Inclusão como valor*, concepção de inclusão por meio do reconhecimento e aceitação da diversidade, aborda a constituição federal do Brasil de 1988 que apresenta a base da concepção de igualdade. Problematiza-se a questão da aplicação da lei, reconhecendo que pessoas tidas como diferentes possuem demandas diversas que devem ser acatadas. Conclui que o valor mais significativo que está presente na ideia de inclusão é o princípio da igualdade.

Em *Inclusão como paradigma*, o quarto capítulo, é apresentado ao leitor três paradigmas, o da institucionalização, que favorece a segregação dos “diferentes”, defendendo a permanência em instituições especiais. O segundo paradigma é o de serviço que, em contraste, era favorável ao direito de convivência social, porém por meio da condição de se “ajustar” a essa sociedade. E o terceiro, de suportes, valoriza o desenvolvimento pessoal e social por meio da interação social e é apoiado por parâmetros jurídicos. Reflete acerca do caráter contraditório da inclusão ao influenciar o encaixe das diferenças nos moldes “normais”.

O quinto capítulo, *Inclusão como movimento*, aborda aspecto das lutas sociais das minorias na pretensão de obter o direito ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço físico comum. As mudanças tendem a ocorrer por meio de políticas públicas ou projetos pedagógicos, que buscam minimizar as expressões de exclusão e segregação. Introduce a inclusão educacional, problematizando o despreparo da sociedade, a importância do desenvolvimento de metodologias de pesquisa e a consideração dos anseios e necessidades daqueles que irão usufruir da mesma.

No capítulo seis, *A inclusão na educação*, é ressaltada a dificuldade enfrentada pela área da educação no âmbito da inclusão, afirmando que ela é a peça-chave para sair do ciclo vicioso da pobreza. Problematiza-se o objetivo da inclusão, se faz parte de um movimento de inclusão social ou segue um modismo internacional, assumindo um caráter controverso. Conclui-se que o envolvimento da sociedade junto a ações governamentais em prol da inclusão permitirá alcançar o direito ao respeito e educação que lhes é garantido.

Encerrando a primeira unidade, o capítulo sete, *Como escapar de armadilhas*, retoma os assuntos abordados anteriormente, questionando os motivos que levam a exclusão, segregação e ao estigma sofrido pelas pessoas com necessidades especiais. A inclusão dessas pessoas leva a um avanço tanto social como pessoal, permitindo a conquista do respeito, o acesso ao mercado de trabalho e a possibilidade da esperança.

## UNIDADE 2 – INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL

O primeiro capítulo dessa unidade, a *Introdução*, apresenta alguns conceitos que serão abordados adiante, dando ênfase nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial. Também serão revisadas outras legislações que abordam a Educação em geral e a Educação Especial, além da noção de cidadania e da concepção de fatores que levam a exclusão social.

O segundo capítulo, *Universalização da educação: direitos e garantias*, reconhece os esforços que foram feitos em prol da inclusão de todos os cidadãos, a fim de lhes garantir o direito a educação. Porém, alguns compromissos presentes na Constituição Federal, como a erradicação do analfabetismo e universalização do atendimento escolar ainda não são uma realidade. Dessa forma, sugere algumas atitudes que podem garantir esses direitos, como acionar Conselho Tutelar, o Ministério Público (Estadual ou Federal) ou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), responsáveis por atribuírem os direitos universais à educação.

No capítulo três, *Dificuldades para a efetivação da inclusão escolar*, destaca a importância do professor em compreender e aceitar as limitações de seus alunos e explorar suas potencialidades, a fim de permitir seu desenvolvimento. Sua atuação é fundamental na promoção de respeito, mas exige comprometimento e participação, além de disposição para mudar seus padrões de trabalho. Conclui-se que o respeito à diferença é fundamental para contornar as dificuldades.

O capítulo quatro, *Outras possibilidades para o educador*, relativiza o idealismo teórico, que aborda a educação como uma receita a ser seguida, pois a generalização não garante a verdadeira inclusão, visto que cada estudante é singular. Destaca-se a necessidade de atividades de formação continuada para os professores, bem como a adequação dos espaços escolares na promoção da inclusão, defendendo que a responsabilidade pela inclusão depende do professor, da instituição e da sociedade.

O capítulo cinco, *Marcos históricos e normativos*, aborda a estrutura do modelo tradicional de educação que levou a exclusão a partir da distinção dos alunos, seja por características intelectuais, culturais, sociais, entre outras. Com a criação das políticas educacionais, o Estado tem o dever de ofertar atendimento escolar especializado na rede regular de ensino, sem distinção. São descritas diversas leis, regimentos e decretos que, ao longo dos anos, vem promovendo a diminuição da segregação e exclusão social.

Como encerramento da unidade dois, o capítulo 6, *A importância da educação inclusiva*, destaca o direito constitucional de atendimento educacional especializado, abordando duas propostas de inclusão em classe regular, uma que considera o atendimento com serviços específicos e de apoio, e a inclusão total, sem esse apoio. Ambas as correntes são capazes de

promover a inclusão quando promovem o respeito ao outro, as interações, a tolerância, entre outras atitudes. Dessa forma, conclui-se que educação pode ser universal quando atende eficientemente as necessidades educacionais especiais, além das demandas regulares.

### **UNIDADE 3 – DESIGUALDADE SOCIAL, QUALIFICAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

Abrindo a terceira sessão, o capítulo um, *Introdução*, aborda um panorama geral em relação aos temas que serão abordados nos capítulos seguintes. Serão discutidos os conceitos de estratificação, mobilidade e desigualdade socioeconômica e educacional, e os impactos da globalização, como transformações no mercado de trabalho e absorção de mão de obra. O objetivo é compreender como tais ações podem influenciar na educação e universalização do direito ao estudo.

O capítulo dois, *Política pública em educação*, explicita o interesse político e econômico por trás dos investimentos em políticas públicas, demonstrando que ainda não são totalmente eficientes, visto que a oferta de vagas na rede regular de educação não supre a demanda de acesso e de permanência no sistema educacional. São questionados os meios para possibilitar uma educação efetiva, a partir de ações de curto, médio e longo prazo. Conclui-se que a qualidade do ensino é a principal referência para a possibilidade de universalização real do sistema público de ensino.

O terceiro capítulo, *Estratificação e mobilidade*, problematiza o conceito de estratificação como promotor da desigualdade, pois sugere diferentes prioridades no acesso aos bens sociais. Sugere o surgimento da estratificação como consequência dos papéis sociais e da divisão do trabalho, que trazem como resultado a exclusão social e educacional. Além disso, outra consequência é a atribuição de recompensas, como riqueza, prestígio e poder, àqueles que obtêm êxito em suas funções. Ressaltam que tais resultados não consideram as diferentes oportunidades e condições de vida, que dificultam a mobilidade social, e concluem que a exclusão tem diversas causas, sejam elas sociais, econômicas ou políticas.

O capítulo 4, *Processos de globalização*, retoma a educação como processo transformador da sociedade, sendo ela capaz de prevenir situações de pobreza. São feitas definições sobre capitalismo, revolução industrial e colonialismo que contribuíram para a superexploração da população, resultando em consequências de cunho cultural, social, político e econômico. A área da cultura aborda o processo de aculturação, que atinge o campo social e, conseqüentemente, o campo político e econômico.

O último capítulo da unidade 3, *Mercado de trabalho e inclusão*, retoma as questões abordadas anteriormente, discutindo a consequência das diferenças sociais no processo educativo, onde a escola acaba defasada e apresenta dificuldades para se adaptar às demandas de um mercado de trabalho em constante transformação. São citadas leis que buscam auxiliar a inclusão e acesso universal de alunos portadores de deficiência e necessidades educacionais especiais à escola, que permitirão posteriormente o ingresso deles no mercado de trabalho. Destaca-se a dificuldade no cumprimento dessas leis por parte dos empregadores, em parte pela escassez de profissionais qualificados à ocupação de vagas, consequência de um ensino básico precário.

#### UNIDADE 4 – EXCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Iniciando a última unidade, o capítulo um, *Introdução*, retoma os conceitos vistos até aqui, relacionando-os com as causas da exclusão educacional. Aborda-se principalmente as questões de desigualdade social, resultado da precarização da educação no atendimento aos diferentes graus de deficiência e necessidades especiais.

O capítulo dois, *Inclusão/exclusão educacional*, inicia salientando que tais condições são complementares e devem ser analisadas de forma crítica e não excludente. Essa unidade é dedicada aos motivos que levam a exclusão, considerando condições reais e o contexto das escolas, dando destaque a evasão escolar.

A exclusão perpassa as necessidades especiais ou deficiências e enfrenta questões sociais, e a educação é capaz de afetar todos os componentes motivacionais para a exclusão social. Conclui-se que para enfrentar essas questões são necessárias a produção e implementação de políticas públicas, garantindo atendimento às demandas e permitindo, assim, a universalização do ensino.

O terceiro capítulo, *Questão social e exclusão educacional*, retoma a importância das políticas públicas, no que diz respeito à educação, defendendo a necessidade de investigação das causas da exclusão não só dentro da escola, mas no contexto social. A deficiência educacional tem como consequência a pobreza, visto que a escola é o principal promotor de mobilidade e equidade social. O acesso à escola é garantido quando a oferta de oportunidades educacionais está de acordo com a demanda social, sendo que essa demanda inclui as diferentes modalidades de ensino e condições para o atendimento da diversidade, necessidades especiais e deficiências. Por fim, conclui-se que a exclusão educacional reflete um processo de exclusão ainda maior, que afeta as pessoas em suas condições de vida.

Para finalizar a unidade e a conclusão das ideias abordadas no livro, o capítulo quatro apresenta as *Possibilidades de atuação*, reconhecendo antes os fatores que levam a evasão escolar e

qual o público atingindo, destacando que quanto mais baixa a renda familiar, menor é a probabilidade de frequentar a escola. As possibilidades de enfrentamento dessas situações incluem a necessidade de ações conjuntas entre diferentes atores sociais, considerando diferentes níveis e instâncias governamentais, e que atendam às determinações da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Conclui-se que estão ocorrendo avanços no que diz respeito a educação no Brasil, porém ainda está longe de cumprir com todos os requisitos das leis e estatutos submetidos.

Com a leitura dessa obra é possível obter fundamentos para compreender como ocorre o processo de exclusão socioeducacional sofrido em nossa sociedade, bem como os fatores que levam à evasão escolar e conseqüente aumento da pobreza. Também permite compreender a importância de políticas públicas na promoção da inclusão escolar e social e na luta pelos direitos destinados à educação especial. É possível concluir que vários são os aspectos que levam à exclusão, bem como as alternativas para evitá-la, e muito ainda pode ser feito para contornar essa situação, começando pela colaboração da sociedade no processo de inclusão e acolhimento do estudante.

## REFERÊNCIAS

CIRINO, Giovanni. **A inclusão social na área educacional**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.